

A CAPITAL

Director interino: RODOLFO IRIARTE

PROPRIEDADE: S.G.C. SOCIEDADE GRÁFICA DE «A CAPITAL» - R. JOAQUIM ANTÓNIO DE AGUIAR, 66 - LISBOA-1 * TELEFS. 688125/6/7 * END. TELEG. ACAPITAL * TELEX 12386

CRÓNICA DE NATÁLIA CORREIA NÃO PUBLICADA EM «A CAPITAL»

A não inserção em «A Capital» na segunda-feira, 28 de Julho da habitual coluna da escritora Natália Correia «Crónicas Vagantes», tem sido motivo de algumas notícias e ilações menos correctas vindas a público em diversos órgãos da Informação. Nestas circunstâncias, o plenário de trabalhadores deste jornal, reunido em 1 de Agosto, deliberou que aos nossos leitores fossem expostas as razões pelas quais a citada crónica não chegou a ser publicada nas colunas de «A Capital».

Cumpra-nos sublinhar como facto primordial de todo

(Continua na pág. 11)

NOVO GOVERNO TOMA POSSE

MEDIDAS MORALIZADORAS E DE AUSTERIDADE

MEDIDAS moralizadoras e de austeridade foram enunciadas pelo Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves como indispensáveis para se vencer a crise económico-social em que o País se debate, ao ser esta manhã empossado, pelo Presidente da República, general Costa Gomes, o V Governo Provisório. A cerimónia decorreu na Sala Luís XV, do Palácio de Belém, e para além dos três membros do Directório — Costa Gomes, Vasco Gonçalves e Otelo Saraiva de Carvalho — estiveram presentes vários militares, de diferentes graduações, dos três ramos das Forças Armadas, entre os quais os seguintes membros do Conselho da Revolução: general Moraes da Silva, almirantes Pinheiro de Azevedo e Rosa Coutinho, comandantes Ramiro Correia, Almada Contreiras e Martins Guerreiro, major Pereira Pinto, 1.º tenente Judas e capitães Graça Cunha e Ferreira de Sousa. Ausentes os militares afectos ao chamado «grupo Melo Antunes», assim como qualquer representante dos partidos políticos.

Um ministro com duas pastas

Dois vice-Primeiros-Ministros e oito ministros, um deles ocupando interinamente uma das duas pastas que lhe foram atribuídas, são os novos elementos que desde hoje fazem parte do V Governo Provisório.

O prof. Teixeira Ribeiro e o tenente-coronel Arnão Metelo são os dois vice-Primeiros-Ministros. O dr. Mário Ruivo, ministro dos Negócios Estrangeiros, o prof. Pereira de Moura, ministro dos Assuntos Sociais, o desembargador Rocha e Cunha, ministro da Justiça, o capitão-tenente Quitério de Brito, ministro da Indústria e Tecnologia, o dr. Domingos Lopes, ministro do Comércio Externo, o dr. Macaísta Malheiros, ministro do Comércio Interno, o dr. Oliveira e Sá, ministro do Equipamento Social e Ambiente, ocupando também interinamente o cargo de ministro dos Transportes e Comunicações, e o major Alfredo Cândido Moura, ministro da Administração Interna, são os novos titulares de pastas, hoje, empossados.

Mantêm-se nos cargos que já desempenhavam anteriormente o Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves, o ministro da Defesa, comandante Silvano Ribeiro, o ministro da Coordenação Económica, prof. Mário Murteira, o ministro das Finanças, dr. José Joaquim Fragoso, o ministro do Trabalho, major Costa Martins, o ministro da Agricultura e Pescas, eng.º Oliveira Baptista, o ministro da Educação e Investigação Científica, major Emílio da Silva e o ministro da Comunicação Social, comandante Correia Jesuino.

O Ministério da Coordenação Interterritorial foi substituído pela Secretaria de Estado da Descolonização, à frente da qual fica o dr. Jorge Ferro Ribeiro.

«Uma medida transitória»

O Presidente da República, depois do acto de posse, proferiu o seguinte discurso:

«Portugueses: Cumpra-me apresentar-vos em termos reais a solução encontrada para ultrapassar esta longa crise política cujos custos materiais e, sobretudo, humanos, necessitamos de reconhecer e de lamentar.

No momento actual estamos mais pobres, mais radicalizados e menos tolerantes; demos passos que nos afastaram da liberdade e da construção do Socialismo que o povo deseja e merece.

Foi uma experiência dolorosa cujo único saldo positivo será aprender uma lição colectiva de maturidade política; os indivíduos e as forças políticas necessitam me-

(Continua na página 24)



Fundação Cuidar o Futuro

Costa Gomes quando discursava em Belém, ladeado por Vasco Gonçalves e Otelo Saraiva de Carvalho

“DOCUMENTO MELO ANTUNES” LEVANTA POLÉMICA

O «documento Melo Antunes», cuja divulgação veio ontem quebrar o silêncio a que se remetera a chamada ala moderada do Conselho da Revolução desde a última assembleia do M. F. A., desencadeou já a todos os níveis do Poder, militar e político, uma polémica nacional de consequências imprevisíveis, neste momento. Numa altura em que toma posse o V Governo Provisório, o de mais difícil formação desde o 25 de Abril por corresponder à crise mais aguda enfrentada pelo Poder, o «documento Melo Antunes», ao extremar as linhas de força hoje existentes no seio do M. F. A., virá por certo a influenciar a evolução imediata do processo político português. Não é mesmo de afastar a hipótese, de resto ultimamente adiada por vários círculos políticos, de que as soluções nele preconizadas venham a contribuir para que este V Governo, o de formação mais demorada, possa efectivamente ser o de mais curta existência.

Recusando «o modelo de sociedade socialista tipo europeu oriental», recusando «o modelo de sociedade social-democrata em vigor em muitos países da Europa Ocidental», os autores do documento — capitão Vasco Lourenço, major Canto e Castro, comandante Vitor Crespo, major Costa Neves, major Melo Antunes, major Vítor Alves, brigadeiro Francisco Charais, brigadeiro Pezarat Correia e capitão Sousa Castro, todos membros do Conselho da Revolução — afirmam lutar «por um projecto político de esquerda onde a construção de uma sociedade socialista — isto é, uma sociedade sem classes, onde tenha sido posto fim à exploração do homem pelo homem — se realize aos ritmos adequados à realidade social concreta portuguesa, por forma a que a transição se realize gradualmente, sem convulsões e pacificamente».

O documento foi entregue, às 16 horas de ontem, pelo capitão Vasco Lourenço ao Presidente da República. O capitão Lourenço, porta-voz do Conselho da Revolução, estava acompanhado por dois outros subscritores do documento. Só depois de dado a conhecer ao general Costa Gomes é que o documento foi apresentado a outras individualidades militares e tornado público. Dessas individualidades militares que aderiram «ao espírito e à letra» do documento sa-

lientam-se: coronel Garcia dos Santos, brigadeiro Rocha Vieira, tenentes-coronéis Ramalho Eanes, Fisher Lopes Pires, Castro Alves, Costa Brás e Adérito Figueira, capitães Salgueiro Maia, Lopes Camilo e Parente, majores Aventino Teixeira, Loureiro dos Santos, Rebelo Gonçalves e Gorda Lima, e comandante Mário de Aguiar.

Uma fonte de informação próxima dos autores do documento referiu que este nasceu a partir de posições defendidas desde há muito pelos seus signatários que, perante a gravidade da crise actual, decidiram defini-la a «preto no branco».

Directório condena divulgação de documento

As reacções à apresentação e divulgação do «Documento Melo Antunes» não se fizeram esperar. O Directório do Conselho da Revolução reuniu-se, pouco depois de o documento ter sido entregue ao Presidente da República, em Belém, tendo tornado público, ao princípio da madrugada, o seguinte comunicado:

«O Directório, ao tomar conhecimento da forma incor-

(Continua na página 2)

"DOCUMENTO MELO ANTUNES" LEVANTA POLEMICA

(Continuação da 1.ª página)

acta e atentatória da disciplina e ética militar que traz a circulação de um documento dirigido ao Presidente da República por um grupo de oficiais e já tornado público em alguns órgãos de comunicação social, condensa firmemente esta atitude que considera gravemente perturbadora do processo revolucionário em curso, divisionista e visando possibilitar o prolongar da actual crise política, na véspera da posse do novo Governo, o que, em definitivo, aproveita a escalada reaccionária que explora a presente situação em detrimento do povo português. Conforme estava previsto, o novo Governo tomará posse perante este Directório, hoje pelas doze horas.

«Não houve adesão» de Otelo

Por seu lado, também o general Otelo Saraiva de Carvalho, apontado como aderindo posição dos subscritores do documento, esclareceu a sua posição através de um comunicado do COPCON do seguinte teor:

«A propósito de mais uma notícia especulativa saída hoje à lume na terceira edição do «Jornal Novo», o COPCON informa não ter havido adesão do general Otelo Saraiva de Carvalho ao conteúdo do documento citado na primeira página daquele vespertino e que o mesmo general considera pernicioso para o processo revolucionário em curso, tal forma de proceder, pelo divisionismo que provoca entre camaradas com diferentes pontos de vista sobre problemas de carácter político, sobretudo quando o documento tornado público é posto a circular para recolha de assinaturas.»

Também o ministro da Comunicação Social, comandante Correia Jesuino, em declarações prestadas a «O Século», afirmou tratar-se «de um pronunciamento».

— Uma posição destas obriga a um contraponto.

mento que pode ter diversas formas: uma delas é deixar cair no vazio a atitude ingloria destes oficiais, outra é a mobilização de massas, outra ainda será a actuação por vias militares — disse o titular da pasta da Comunicação Social. E acrescentou: «O sr. Presidente da República vê como pouco desejável a difusão do documento elaborado pelo grupo dos moderados.»

Saliente-se que o «documento Melo Antunes» se refere ao projecto de decreto-lei sobre os órgãos de comunicação social atribuído a Correia Jesuino, considerando que esse projecto «ao instituir uma Comissão de Análise (e porque não «Comissão de Censura»?) servirá de ferro de lança apontada aos últimos e resistentes baluartes da imprensa livre neste País.»

«Críticas só formais»

Uma fonte próxima aos autores do documento classificou de «lamentáveis» as acusações de divisionismo dirigidas aos autores daquele. «Nunca até agora o COPCON considerou publicamente divisionistas tantas atitudes tomadas anteriormente por elementos responsáveis, nomeadamente com conotações partidárias», declarou essa fonte.

A mesma fonte destacou que os ataques feitos ao «documento Melo Antunes» visam apenas «aspectos formais», não respondendo ao seu «conteúdo ideológico».

— O documento deveria ser criticado pelo seu conteúdo, e não pela sua forma ou pela sua origem — acrescentou a fonte, precisando que algumas individualidades concordaram com muitos pontos formulados no documento mas que, uma vez que este veio à lume, vieram a rever a sua posição. «Até agora ninguém teve a coragem de dizer que o que o documento expressa é mentira», precisou.

A informação adiantou ainda a hipótese de virem a ser tomadas medidas militares contra os autores do documento.

P. C. P. acusa documento de divisionismo

A publicação do «Documento Melo Antunes» provocou reacções de vários sectores políticos, quer condenando-o quer manifestando-lhe apoio.

A Comissão Política do Comité Central do P. C. P. distribuiu, a propósito, a seguinte nota:

«O P. C. P. tomou conhecimento de dois documentos distribuídos na noite do dia 7 para 8. Um assinado por um grupo de oficiais, outro pelo secretário-geral do P. S. Distribuídos à pressa nas vésperas da apresentação do novo Governo, essas iniciativas visavam manifestamente evitar, à última hora, a sua formação e posse.»

«O P. C. P. considera que, na gravíssima crise que se atravessa, em que estão ameaçadas as liberdades pela ofensiva contra-revolucionária, e a acção terrorista de bandos fascistas, tais atitudes, tendentes a complicar ainda mais a situação, em nada contribuem para a solução dos problemas que defronta a Revolução portuguesa.»

«São de combater iniciativas de divisão das forças populares e militares e de criação de um vazio político e de um ambiente de desconfiança generalizada.»

«Nosso sentido não é de reprovar, também, inteiramente as manifestações convocadas para hoje, sexta-feira, 8, cujo objectivo é complicar ainda mais a situação da crise e cujo resultado será apenas o de incitar a continuarem a ofensiva das forças contra-revolucionárias.»

P. S. e P. C. P. (m.-l.): Regozijo e apoio

«Apoio firme aos oficiais anticunhalistas» e «regozijo pelo desassombro» são referidos em comunicados emitidos esta madrugada, respectivamente pelo P. C. P. (m.-l.) e pela secção de Moscavide do P. S.

O comunicado da secção do P. S., que «manifesta publicamente», entre outros pontos, «a rejeição de qualquer Governo

que venha a ser formado pelo general Vasco Gonçalves, por não lhe reconhecermos competência e isenção partidária, qualidades essenciais para obter o apoio do povo português», revela também o seu «regozijo pelo desassombro com que é feita a análise da situação política do País por um grupo de oficiais do M. F. A., publicada na 3.ª edição do «Jornal Novo» de ontem, «o que torna evidente a possibilidade de refazer a aliança povo-M. F. A.»

«Caminho para a salvação nacional»

Por seu lado, o P. C. P. (M.-L.), ao defender o «apoiado aos oficiais anticunhalistas» declara que o documento «aponta o caminho para a salvação nacional frente à presente crise política e económica».

Afirma-se, depois, no referido comunicado, que «esse caminho deduzido do documento é por fim ao domínio de alguns órgãos do M. F. A. pelos socialistas-revisionistas de Cunhal; depois o M. F. A. na via da democracia, da independência nacional e da melhoria das condições de vida dos trabalhadores; por fim ao domínio do aparelho de Estado e da informação pelos mesmos socialistas-fascistas com pele de «socialistas»; e por fim ao Governo de incompetentes que não fazem mais do que o jogo de Cunhal e do social-imperialismo russo».

«Acrescenta ainda a nota do P. C. P. (M.-L.) que o caminho é «formar um Governo que lute pela independência nacional, contra o imperialismo, particularmente contra as duas superpotências — Rússia e Estados Unidos —, um Governo que lute contra o fascismo à Marcelo e o social-fascismo à Cunhal, um Governo capaz de resolver a presente crise económica em vez de enterrar o País como os cunhalistas estão a fazer; por fim às actividades dos esquerdistas que criam um clima de anarquia favorável aos cunhalistas, e fazer respeitar a ordem democrática.»

Conclui: «O Partido Comunista de Portugal (Marxista-Leninista), não se encontrando de acordo com algumas considerações ideológicas dos redactores do documento, exprime-lhe no entanto o seu apoio prático como meio para a independência nacional, a democracia e a melhoria das condições de vida dos trabalhadores.»

TRANSIÇÃO GRADUAL E PACÍFICA PARA SOCIEDADE SOCIALISTA

É o seguinte o texto do «Documento Melo Antunes», entregue ao princípio da tarde de ontem ao Presidente da República pelo capitão Vasco Lourenço, um dos seus subscritores:

1. Os recentes desenvolvimentos da situação política em Portugal, incluindo o que tem vindo a processar-se no interior das Forças Armadas, decidiram um grupo de oficiais a tomar uma posição crítica relativamente aos acontecimentos mais em foco no desenrolar dos diversos episódios que têm pautado a conturbada vida política dos portugueses nas últimas semanas.

Parece a esses oficiais que se chegou a um ponto crucial do processo revolucionário iniciado em 25 de Abril de 1974 e que é o momento das grandes opções, tomadas com serenidade e inquebrantável energia, em relação ao futuro deste País.

Parece-lhes, também, que é o momento de se clarificarem posições políticas e ideológicas, terminando com ambiguidades que foram semeadas e progressivamente alimentadas por todos aqueles que, dentro e fora das Forças Armadas, estavam interessados no descrédito de uns tantos para melhor poderem fazer valer e impor as suas próprias ideias.

Recusam, à partida, os oficiais que por esta forma se manifestam, o epíteto de «divisionistas» com que têm tentado denegrir-se, tendo-se chegado ao escandaloso despudor de se sugerir a sua expulsão das Forças Armadas. Eles não abdicam do seu direito de crítica, direito esse que, num tão grave momento da vida nacional, assume o carácter de dever patriótico.

2. O Movimento das Forças Armadas nasceu do espírito e do coração de um punhado de oficiais democratas, patriotas e antifascistas que decidiram por termo a uma longa noite fascista e iniciar com todo o povo português, uma nova caminhada de paz, progresso e democracia, na base de um Programa Político universalmente aceite e respeitado. Sabe-se como as grandes movimentações das massas populares abriram novas perspectivas à revolução democrática iniciada em 25 de Abril de 1974 e como, a partir sobretudo das eleições gerais para a Assembleia Nacional Constituinte, a via para o «socialismo» passou a ter carácter irreversível.

O Programa do Movimento das Forças Armadas era o elemento teórico da revolução democrática mas continha já o essencial das propostas políticas que apontavam para um dado modelo de socialismo. Em virtude disso, o pensamento de esquerda subjacente à elaboração do Programa não foi em nada ferido pelos chamados «avanços do processo revolucionário», onde e quando esses «avanços» consideraram efectivamente à destruição das estruturas políticas, económicas e sociais do antigo regime e foram na prática, substituídas por novas estruturas operativas e actuais, base de uma nova organização político-social de «novo-socialista».

Infelizmente, porém, quase nunca se verificaram transformações deste tipo. Assistiu-se, sim, ao desmantelamento de meia dúzia de grandes grupos financeiros e monopolistas; mas, paralelamente, e à medida que se nacionalizavam se sucediam (a um ritmo impossível de absorver, por muito dinâmico que fosse o processo e por maior que fosse o grau de adesão do povo, sem grave risco de ruptura do tecido social e cultural pré-existente — é o que se verifica actualmente), foi-se assistindo à desagregação muito rápida das formas de organização social e económica que serviam de suporte a largas camadas de pequena e média burguesia, sem que fossem criadas novas estruturas capazes de assegurarem a gestão das unidades produtivas e dos circuitos económicos e de manterem o mínimo indispensável de normalidade nas relações sociais entre todos os portugueses.

Entretanto, e paralelamente, verifica-se a progressiva decomposição das estruturas do Estado. Formas selvagens e anarquistas de exercício do poder foram-se instalando um pouco por toda a parte (até no interior das Forças Armadas) retirando proveito dessa desordem as organizações ou formações partidárias mais experientes e ávidas do controlo dos vários centros do poder. O M.F.A., que inicialmente se havia afirmado como suprapartidário, viu-se cada vez mais enleado nas manipulações políticas de partidos e organizações de massas, acabando por se ver comprometido com determi-

nado projecto político que tão correspondia que à sua vocação inicial nem ao papel que dele esperavam os autores do projecto. País: o de guia e condutor dum processo de transformação profunda da sociedade portuguesa, com um claro projecto político de transição para o socialismo, independente dos partidos, embora sem dispensa do seu concurso e com a mais ampla base social de apoio possível.

3. O País encontra-se profundamente abalado, defraudado relativamente às grandes esperanças que viu nascer com o M.F.A. Aproximase o momento mais agudo dum crise económica gravíssima, cujas consequências não deixaram de se fazer sentir ao nível dum ruptura, já iminente, entre o M.F.A. e a maioria do povo português. Alargase, dia a dia, o fosso aberto entre um grupo social extremamente minoritário (parte do proletariado da zona de Lisboa e parte do proletariado alentejano), portador de um certo projecto revolucionário, e praticamente o resto do País, que reage violentamente às mudanças que uma certa «vanguarda revolucionária» pretende impor, sem atender à complexa realidade histórica, social e cultural do povo português.

Finalmente, a fase mais aguda da descolonização (Angola) chega, sem que se tenha tomado em consideração que não era possível «descolonizar», garantindo uma efectiva transição pacífica para uma verdadeira independência, sem uma sólida coesão interna do poder político, e sem, sobretudo, se ter deixado de considerar que a «descolonização» devia continuar a ser, até se completar, o principal objectivo nacional. Vemo-nos agora a braços com um problema em Angola que excederá provavelmente a nossa capacidade de resposta, gerando-se um conflito de proporções nacionais que poderá, a curto prazo, ter catastróficas e trágicas consequências para Portugal e para Angola. O futuro dum autêntica revolução em Portugal está, em todo o caso, comprometido, em função do curso dos acontecimentos em Angola, à qual nos ligam responsabilidades históricas inegáveis para além das responsabilidades sociais e humanas imediatas para com os portugueses que lá trabalham e vivem.

4. Todo este grave conjunto de aspectos da vida nacional tem vindo sistematicamente a ser escamoteado e, mais do que isso, profundamente adulterado, por larga parte dos meios de Comunicação Social, através de um rígido controlo partidário que sobre eles se exerce — particularmente dos nacionalizados — assistindo-se hoje ao degradado e vergonhoso espectáculo da corrida de uma boa parte da população aos noticiários de emissoras estrangeiras sobre o nosso País.

Como se isto não fosse já bastante, foi-se ao cúmulo de preparar um projecto de diploma que, ao instituir uma «comissão de análise» (e por que não «comissão de censura»?) servirá de ferro de lança apontado aos últimos e resistentes baluartes da imprensa livre neste País.

5. Não se pretende esgotar, neste documento, a crítica à acção do regime instalado após o 25 de Abril ou, em especial, das instituições após o 28 de Setembro de 1974. Recentemente, muitas contribuições críticas têm vindo a público que, no essencial, esclarecem sobre as debilidades fundamentais do actual regime.

Importa, ao grupo de oficiais que entendem chegado o momento de tomar posição, definirem-se tão claramente quanto possível, perante o povo português e relativamente às várias instâncias de poder político e, em particular ao M.F.A. E assim, entendem deixar expresso o seguinte:

— Recusam o modelo de sociedade socialista tipo europeu-oriental a que fatalmente seremos conduzidos por uma direcção política que cre, obstinadamente, que uma «vanguarda» absente numa base social muito estreita fará a revolução em nome de todo o povo, e que tem, na prática, tolerado todas as infiltrações dessa «vanguarda» nos centros de poder político e nas estruturas militares.

O dirigismo burocrático típico de regimes totalitários é frontalmente negado por aqueles que lutarem no passado contra o fascismo e coerentemente se colocam agora numa perspectiva de luta contra novas formas de totalitarismo.

— Recusam o modelo de sociedade social-democrata em vigor em muitos países da Europa Ocidental, porque acreditam que os grandes problemas da sociedade portuguesa não podem ser superados pela reprodução no nosso País dos esquemas clássicos do capitalismo avançado.

Seria um erro trágico, no momento em que tudo leva a crer que se avizinha uma crise geral e global do capitalismo, que se tentasse, mesmo à custa de benefícios reais imediatos mas manifestamente ilusórios, a repetição das experiências social-democratas.

— Lutam por um projecto político de esquerda, onde a construção dum sociedade socialista — isto é, uma sociedade sem classes, onde tenha sido posto fim à exploração do homem pelo homem — se realize sob ritmos adequados à realidade social concreta portuguesa, por forma a que a transição se realize gradualmente, sem convulsões e pacificamente.

Este objectivo só será atingido se, à teoria leninista da «vanguarda revolucionária», impondo os seus dogmas políticos de forma sectária e violenta, se opuser a estratégia alternativa da formação dum amplo e sólido bloco social de apoio a um projecto nacional de transição para o socialismo.

Este modelo de socialismo é inseparável da democracia política. Deve ser construído, pois, em pluralismo político, com os partidos capazes de aderir a este projecto nacional. Este modelo de socialismo é inseparável, ainda, das liberdades, direitos e garantias fundamentais. Não se nega que possam sofrer transformações do seu conteúdo à medida do avanço do processo histórico. No entanto, uma concepção revolucionária do socialismo, para um país europeu como Portugal, inserido no contexto geopolítico e estratégico em que se encontra, e com o passado histórico e cultural que é o seu, não desvincula o problema fulcral da liberdade humana do da construção do socialismo.

— Reclamam e lutam por uma autêntica independência nacional (tanto política como económica), o que significa aplicação coerente dum política externa adequada às nossas realidades históricas, culturais e geopolíticas, o que implica:

— abertura de relações com todos os países do mundo, na base da igualdade, respeito mútuo e não ingerência nos assuntos internos de cada país, tendo em conta a necessidade de independência relativamente às grandes potências;

— manutenção das nossas ligações com a Europa, reforçando e aprofundando as relações com certos espaços económicos (C. E. E., E. F. T. A.);

— franca abertura em relação ao Terceiro Mundo (com particular relevo para as nossas antigas colónias) e países árabes;

— aprofundamento das relações com os países socialistas do Leste europeu;

— desenvolvimento dum estratégia da área do Mediterrâneo, em conjugação com todos os países interessados, tanto europeus como árabes.

— Lutam por recuperar a imagem primitiva do M.F.A., no sentido em que o M.F.A. só teve aceitação universal enquanto aparelho autónomo de produção política e ideológica.

Assim se explica o consenso que se formou em torno do seu Programa. Considera-se indispensável, pois, para a resolução correcta da crise gravíssima que o País atravessa, que o M.F.A. não só se afirme suprapartidário como desenvolva uma prática política realmente isenta de toda e qualquer influência dos partidos. Só assim reunirá condições para recuperar a sua credibilidade e cumprir a sua vocação histórica de árbitro respeitado e motor do processo revolucionário.

Só assim, também, poderá esperar que um grande bloco social de apoio, englobando proletariado urbano e rural, pequena burguesia

e largos estratos da média burguesia (incluindo técnicos e intelectuais progressistas) possa ainda formar-se, criando a base de sustentação indispensável à realização prática das grandes transformações por que deve passar a sociedade portuguesa.

— Recusam a instituição de uma política que assente em medidas e práticas demagógicas, qualquer que seja o seu carácter, que mais não são do que a prova da real incapacidade de equacionar os grandes problemas da sociedade portuguesa e de lhes encontrar soluções adequadas e justas, termos de uma política de equilíbrio e verdade, única forma legítima de obter uma ampla mobilização das bases sociais de apoio.

— Entendem que a tão falada questão da «crise de autoridade» reflecte a questão mais geral do «poder político». Onde se situa o poder político? Quem é o seu real detentor? Como faz uso dele?

Julga-se que a questão do poder não é tanto o problema do poder ao nível das instâncias governativas como ao nível do M.F.A. Isto é a questão do poder é a questão do poder no interior do M.F.A.

A clarificação deste problema é tarefa prioritária. Sem isso não é possível atacar a fundo o problema da organização do Estado, evitando a sua completa ruína. As divergências surgidas no seio do M.F.A. são o reflexo de projectos ideológicos distintos. Projectos incompatíveis, entre si, pois não é possível conciliar uma concepção totalitária de organização da sociedade com uma concepção democrática e progressista ou ainda com vagas concepções populistas de feição anarquizante.

É necessário denunciar vigorosamente o espírito fascista subjacente ao projecto que, dizendo-se socialista, acabará na prática de uma ditadura burocrática dirigida contra a massa uniforme e inerte dos cidadãos de um País.

É necessário repelir energicamente o anarquismo e o populismo que conduzem inevitavelmente a catastrófica dissolução do Estado, numa fase de envolvimento da sociedade em que, sem Estado, nenhum projecto político é viável.

— A resolução da crise do poder no interior do M.F.A. — é, portanto, da questão do poder ao nível do Estado — não terá, porém, saída, enquanto tratada apenas ao nível dos diferentes ideológicos. É indispensável, na prática, encontrar solução adequada para o problema da «unidade de comando» (centros de poder). Sem o mínimo de «unidade de comando» a direcção política revelar-se-á cada vez mais fluida, vagando perdida no mar encapelado de decisões arbitrárias de uma 5.ª Divisão do E.M.G.F.A., de uma Assembleia do M.F.A., de assembleias militares, «ad hoc» reunidas imprevista e misteriosamente, de Gabinetes de Dinamização, do Conselho da Revolução, do COPCON, de sindicatos, etc. Ao Governo, nestas condições, que espaço político de manobra lhe resta e com que autoridade actual? Nenhum plano poderão ser coerentemente concebidos e aplicados sem um Governo que, por um lado, não deixe margem para dúvidas quanto à sua capacidade de execução do projecto político global definido pelo M.F.A. e que, por outro, seja revestido da autoridade necessária para se fazer obedecer.

6. Em cada dia, a cada hora que passa, multiplicam-se os sinais evidentes de uma agitação social que tende perigosamente a alestrar, submergindo o País numa onda de violência incontrolável.

Acumulam-se factores que geram a promoção dum ampla base social de apoio ao regresso do fascismo. E é ridículo dizer-se, como certas formações políticas e certos órgãos de informação, que são «manobras da reacção». O descontentamento, o mal-estar, a angústia, são reais e por demais evidentes e têm a sua causa profunda em erros de direcção política acumulados ao longo dos últimos meses e em desvios graves da orientação no interior do próprio M.F.A.

Que fazer? Encontramo-nos em mais uma encruzilhada da história, e é ao M.F.A., uma vez mais, que compete assumir o peso maior das responsabilidades para com o povo português.

É imperioso escolher conscientemente a via para o socialismo, sem violar a vontade da grande maioria dos portugueses, conquistando hesitantes ou descontentes pela persuasão e o exemplo. Terá de competir ao M.F.A., em completa independência dos partidos políticos, mas tendo em conta o papel que estes podem e devem representar, definir um projecto político de transição para o socialismo.

É necessário reconquistar a confiança dos portugueses, acabando os apelos ao ódio e as incitações à violência e ao ressentimento. Trata-se de construir uma sociedade de tolerância e de paz e não uma sociedade sujeita a novos mecanismos de opressão e exploração, o que não poderá ser realizado com a actual equipa dirigente, ainda que parcialmente renovada, dada a sua falta de credibilidade e manifesta incapacidade governativa.

É preciso, finalmente, conduzir o País, com justiça e equidade, e segundo regras firmes e estáveis, em direcção ao socialismo, à democracia e à paz.

CORPO REDACTORIAL: Rodolfo Iriarte (chefe), Daniel Ricardo (chefe-adjunto), Mário Alexandre, Appio Sottomayer e António Carvalho (subchefes), Nunes Cordeiro (secretário da Redacção), Rodrigues Alves (chefe da delegação do Norte), Abílio Faria, Afonso Serra, Alfredo Mourão, Almeida Martins, António dos Santos, António Vinagre, Calado Lopes, Edite Esteves, Encarnação Viegas, F. Castro, Faria de Moraes, Fernando Carneiro, Fernando Gaspar, Fernando Pires, Graciete Gaspar, Hélder Pinho, Jaime Saint-Maurice, Joana Godinho, João Vaz, José Goulão, José Sarabando, Manuel Batoré, Maria Gabriela, Maria Teresa Horta, Melra da Cunha, Natal Vaz, Oliveira Figueiredo, Óscar Mascarenhas, Pedro Oliveira, Pedro Vieira, Pina Cabral, Rogério Carapinha e Silva Marta. Repórteres fotográficos: Alberto Palhoto, Carlos Alberto, Feinando Ricardo, Inácio Ludgero, João Ribeiro, Joaquim Lobo e Teresa Monserrat. REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO e COMPOSIÇÃO: Rua Joaquim António de Aguiar, 66 — Telex: 669125/67 — Telex: 12386 — End. teleg.: «ACAPITAL» — IMPRESSÃO: Sociedade Nacional de Tipografia, Rua de «O Século», 41

4.000.000
1000
61